advocatus

WWW.ADVOCATUS.PT COMUNICAR DIREITO

HOME SOCIEDADES DE ADVOGADOS ORDEM ATUAL OPINIÃO ENTREVISTAS

Entrada ▸ Entrevistas ▸ IMGT: Advocacia nacional ainda não promove a igualdade

IMGT: Advocacia nacional ainda não promove a igualdade

segunda, 10 outubro 2016 18:04

Rui Patrício, Leonor Botto e Martim Krupenski, coordenadores do IMGT

tamanho da fonte | Imprimir | E-mail

Quais os instrumentos mais eficazes para promover a igualdade no ensino, na profissão, na sociedade? Esta é a questão que vai estar em cima da mesa na próxima quinta-feira, pela mão do Instituto Miguel Galvão Teles. À Advocatus, os coordenadores do IMGT, Rui Patrício, Leonor Botto e Martim Krupenski, sustentam que, apesar de a igualdade ser uma meta civilizacional, ainda subsiste uma "genética sociológica" que impede esse desiderato. Na advocacia também: ainda não se está perto da tendencial correspondência entre o número de licenciadas e as advogadas com lugar no topo das sociedades.

Advocatus | O que suscitou a escolha da (des)igualdade como tema da segunda conferência do IMGT?

IMGT | O Instituto pretende estar aberto e atento à sociedade, e também ao seu serviço numa perspetiva cívica e formativa, pelo que não poderia deixar de escolher um tema tão atual e importante como este. Por outro lado, não podemos nunca desligar o Instituto da pessoa que lhe deu nome: Miguel Galvão Teles foi um homem com uma enorme cultura, um estudioso da filosofia como poucos, um ator político e um homem curioso, interessado e aberto ao Mundo. O Instituto Miguel Galvão Teles respeita e reflete necessariamente o ADN de Miguel Galvão Teles e, nessa medida, o tema escolhido, pela sua importância, atualidade e transversalidade epistemológica, deixá-lo-ia seguramente satisfeito. Finalmente, trata-se também de uma preocupação da nossa sociedade de advogados, pelo que o seu Instituto não poderia deixar de ter isso em conta.

Advocatus | Com que objetivos é promovido este debate? Que contributos espera o IMGT deixar para a reflexão e decisão futuras?

IMGT | Na civilização ocidental, é quase consensual que a igualdade de género e a igualdade no ensino são metas que se procuram atingir. O problema da igualdade, nestas matérias, não suscita sequer grandes dúvidas do ponto de vista constitucional (sem se ignorar que, quanto ao ensino, há uma carga mais programática na Constituição). Por isso, o grande objetivo da conferência é o de tentar discutir, de modo sério e científico (e o mais apolítico possível), quais os instrumentos adequados para prosseguir essa finalidade. Para isso, trazemos ao debate, além de juristas, cientistas políticos, economistas, gestores, pediatras, matemáticos, engenheiros, cujo único denominador comum é o de serem pessoas que estudaram e pensaram no tema com profundidade, enquanto parte integrante das respetivas vidas académicas ou profissionais. Esperamos sinceramente que desse contributo pluridisciplinar possam surgir ideias interessantes sobre o tema. E não vamos deixar cair a questão. Planeamos publicar posteriormente um livro com os textos dos conferencistas. Pensamos integrar as ideias na nossa própria organização interna. E pretendemos prosseguir o debate através de outras iniciativas, que a seu tempo divulgaremos.

Advocatus | A igualdade no ensino foi o tópico que derivou do tema central da conferência. Porquê? É uma área em que se faz sentir particularmente a desigualdade ou um terreno fértil para promover a igualdade?

IMGT | Excelente questão. Talvez pelas duas razões que aponta. É chocante que a "genética sociológica" possa condicionar tão fortemente o desenvolvimento pessoal e toda a vida futura de crianças. É óbvio que essa é uma realidade muitíssimo complexa e que está longe de se relacionar apenas com o ensino, mas a igualdade no ensino (e aqui pensamos essencialmente em igualdade de oportunidades e de meios de acesso) pode seguramente mitigar as injustiças do acaso, dessa tal "genética sociológica" que é tão acidental quanto limitativa. Ora, pela importância que a escola tem no desenvolvimento pessoal, a desigualdade no ensino assume uma intensidade particular e, em contraponto, instrumentos geradores de igualdade no ensino podem funcionar de modo muitíssimo positivo enquanto promotores de igualdade. Quais serão os instrumentos mais eficazes é o que esperamos poder debater e aprofundar na conferência.

Advocatus |Transpondo para a advocacia, diria que é um setor que promove suficientemente a igualdade? Afinal, são escassos os exemplos de mulheres que chegam a managing partners…

IMGT | Não temos quaisquer dúvidas que não promove ainda o suficiente, mas não cremos que seja essencialmente um tema da advocacia, antes um tema da sociedade em

geral. Há uma questão geracional que explica parcialmente (mas só parcialmente!) a escassez de exemplos que aponta. O ensino superior da geração dos atuais managing partners era dominado numericamente por homens. Só em meados da década de 80 do século passado é que começa a dar-se a inversão dessa tendência. Mas a verdade é que há mais de 25 anos que existem mais mulheres nas faculdades de Direito, o que mostra, aliás, uma evolução muito positiva na questão da igualdade de género. O que é absolutamente fundamental agora é que essa questão educacional tenha sequência na carreira e que haja uma tendencial coincidência entre a proporção de licenciadas/os e a proporção de advogadas/os com carreiras bem sucedidas (incluindo no partnership e na gestão das sociedades de advogados). Com toda a franqueza, pensamos que isso ainda não sucede na advocacia nacional. Também por isso promovemos este debate. Queremos estar comprometidos com esta questão, queremos, como agora se diz, accountability. Finalmente, também achamos, apesar de se tratar de uma matéria muito discutida e discutível, que não se pode responder a problemas de desigualdade essencialmente criando outras desigualdades, sobretudo se elas foram potenciadoras da quebra da qualidade e da motivação. Como em tudo na vida, há que ser cauto e equilibrado.

Advocatus |Nas estruturas da justiça, o atual contexto é de lideranças femininas – uma ministra, uma bastonária, uma procuradora-geral. Esta coincidência tem significado?

IMGT | Cremos que se trata, efetivamente, de uma coincidência, mas de uma coincidência feliz, por duas razões. Primeiro, porque é uma coincidência com significado simbólico, e os símbolos são importantes, pelo que é sem dúvida uma coincidência feliz e significante, até por ser a primeira vez que tal sucede em Portugal. Segundo, porque na essência estamos a falar de pessoas com competências para os cargos que ocupam, e isso mostra duas coisas: uma, que as competências devem ser sempre os fatores determinantes; outra, que as mulheres, por o serem, não têm qualquer menoridade ou capitis diminutio, devendo concorrer em pé de igualdade com os homens. Ponto é que a sociedade e as mulheres e os homens saibam encontrar os mecanismos para que, com equilíbrio, sobressaiam sempre as competências e seja indiferente o género. A batalha da igualdade, como aliás qualquer batalha pelos direitos, é sempre a de afastar como fatores de discriminação a pertença a qualquer categoria quando essa categoria, materialmente, seja indiferente para o que está em análise.

fs@briefing.pt